



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO VALE DO TELES PIRES - COLIDER



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: UNEMAT-PRO-2025/17365

I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

1 – ÓRGÃO: 26201 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT	2 – TERMO DE REFERÊNCIA nº 026/2025 – CAMPUS DE DO VALE DO TELES PIRES - COLÍDER/ UNEMAT
3 – Número da Unidade Orçamentária: 0014 – CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO VALE DO TELES PIRES - COLÍDER/ MT	4 – Descrição de Categoria de Investimento: () Capacitação () Equipamento de Apoio () Equipamento de TI () Consultoria/Auditoria/Assessoria (X) Despesa de Custeio () Bens Permanente () Serviços () Obras
5 – Unidade Administrativa Solicitante: UNEMAT/ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO VALE DO TELES PIRES - COLÍDER/ MT/ DIRETORIA DE UNIDADE REGIONALIZADA ADMINISTRATIVA.	

II- FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. OBJETO SINTÉTICO

Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis (Vidros), visando a melhoria das condições de ensino e aprendizagem no Campus Vale do Teles Pires – Colíder/ MT, da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

Lote	Item	Descrição da especificação	Unid. de medida	Qtde	Cód. Siag
001	01	VIDRO - TIPO: TEMPERADO; ESPESSURA: 6mm; COR: INCOLOR; MEDIDAS: 2400MM X 1200MM (ALTURA E LARGURA); PELÍCULAS: NA COR BRANCO; INCLUSO: PROLONGADOR PARA FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO.	UN	04	0015869
	02	VIDRO - TIPO: TEMPERADO; ESPESSURA: 8MM; COR: INCOLOR; MEDIDAS: 6250MM X 860MM (LARGURA E ALTURA); PELÍCULAS: NA COR BRANCO; PERFIL: FOSCO; ACESSÓRIO: NA COR FOSCA; INCLUSO: INSTALAÇÃO.	UN	01	0015870

3. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO

Em conformidade com as necessidades estruturais e pedagógicas do Campus Universitário do Vale do Teles Pires – UNEMAT, solicitamos a aquisição de materiais de consumo, especificamente vidros, a serem utilizados na instalação de quadros de vidro em ambientes como laboratórios de ensino, CAEST, e no fechamento de bancada em formato de portas.

A presente demanda visa proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem aos acadêmicos, garantindo espaços mais adequados, funcionais e seguros. Os quadros de vidro oferecerão superfícies de escrita mais duráveis e de fácil manutenção, favorecendo metodologias ativas e a interação em sala. Já a bancada fechada, com portas, contribuirá para a organização dos materiais e para a preservação da higiene nos ambientes de estudo e trabalho, atendendo às exigências sanitárias e de segurança.

4. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO



4.1 - A contratação será realizada mediante contratação direta, por dispensa de licitação, do tipo menor preço global, conforme condições previstas neste Termo de Referência, com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa para a administração;

4.2 - A adoção do processo de dispensa de licitação justifica-se pelo pequeno vulto da contratação e por se tratar de bens comum, sem maiores complexidades técnicas.

4.3 - A participação na presente dispensa eletrônica seguirá o disposto no artigo 67º do decreto estadual 1.525 de 23 de novembro de 2022 e dar-se-á mediante sistema compra direta eletrônica, integrante do sistema de aquisições governamentais do Estado de Mato Grosso - SIAG, disponível em endereço eletrônico acessível por meio do portal de aquisições do governo no Estado de Mato Grosso, <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br>;

4.4 - Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no manual para cadastro no e-fornecedor, disponível no portal de aquisições do Governo do Estado de Mato Grosso;

4.5 - Os fornecedores interessados, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de compra direta eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso e o preço, até a data e horário estabelecidos na abertura do procedimento;

4.6 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto do termo de referência;

4.6.1 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de entregar os produtos ou executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

4.8 - Uma vez enviada a proposta no sistema e encerrado o prazo legal de protocolo das propostas, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.9 - No cadastramento da proposta, o fornecedor, deverá estar ciente e concordar:

4.9.1 - Com as condições contidas neste termo de referência e seus anexos;

4.9.2 - Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

4.9.3 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se for o caso;

4.9.4 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.10 - Fase de Lances;

4.10.1 - A Contratação, a partir da sua publicação, ficará automaticamente aberta para lance exclusivamente por meio do sistema de Compra Direta Eletrônica, com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis conforme § 3º do artigo 75, da Lei Federal 14.133/2021, sendo encerrado na data e horário informados no aviso de publicação;

4.10.2 - O encerramento da fase de apresentação de proposta ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar;

4.10.3 - O sistema realizará a classificação e organização das propostas enviadas automaticamente.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO



5.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global;

5.2 - Encerrada a fase de coleta de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar;

5.3 - No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

5.3.1 - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado previamente;

5.3.2 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, caso após a negociação o primeiro seja desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4 - Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada em relação a proposta apresentada;

5.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1 - Conter vícios insanáveis;

5.6.2 - Não obedecer as especificações técnicas contidas neste instrumento e documentos em anexos;

5.6.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço definido para a contratação;

5.6.4 - Não responder, no prazo máximo de 24 (horas), as solicitações realizadas pela administração pública;

5.7 - Condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, em relação a sanções que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros ou documentação enviada pelo prestador do serviço.

5.7.1 - Certidão conjunta de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União - TCU;

5.7.2 - Certidão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE - MT;

5.7.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS CGE E CGU);

5.7.4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.7.5 - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

5.7.6 - Certidão Negativa de Débitos Conjunta SEFAZ/ PGE;

5.7.7 - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União;

5.7.8 - Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipais;

5.7.9 - Cartão CNPJ;



5.7.10 - Requerimento de empresário individual ou contrato social e alterações;

5.7.11 - RG e CPF dos Sócios;

5.7.12 - Declaração conjunta, conforme modelo em anexo.

5.8 - Caso o fornecedor não atender as exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda as especificações do objeto e as condições de habilitação;

5.9 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. FORMA DE ENTREGA/ EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

6.1 - A contratada se obriga a fornecer os materiais e realizar a instalação de forma imediata, em até 03 dias, após a solicitação formal da área demandante, em atendimento a demanda de materiais necessários, para realização das manutenções e adequações em andamento no Campus, uma vez que, não possui espaço suficiente para guarda e armazenamento total do material, objeto dessa aquisição;

6.2 - Os materiais deverão ser entregues em embalagem adequada, conforme padrão do fabricante, a qual deverá garantir proteção durante transporte e estocagem, além disso, constar identificação do produto e do fabricante e as demais informações exigidas na especificação em anexo e legislação vigente;

6.3 - O pagamento do serviço de transporte dos materiais, ficará a cargo da contratada;

6.4 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata;

6.6 - Os materiais serão recebidos definitivamente no ato da entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.7 - O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. LOCAL DE ENTREGA/ REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - Atender a demanda da - UNEMAT - Campus Universitário do Vale do Teles Pires - Colíder/ MT;

7.2 - A entrega dos materiais deverá ser realizada na UNEMAT - Campus Universitário do Vale do Teles Pires - Colíder/ MT, localizado na Avenida Ivo Carnelós, 393 – Jardim Vania – Colíder -MT - CEP: 78.500-000;

8. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1 - A contratada deverá fornecer o(s) bem(ns) em excelente(s) condições de uso;

8.2 - O prazo de garantia dos materiais será contado a partir da data do recebimento definitivo do material; na qual obriga a contratada a substituir o material sem qualquer ônus para o órgão contratante;

8.3 - Os materiais deverão ter garantia mínima, conforme preconiza o fabricante;

8.4 - Caso os materiais tenham validade indeterminada, deverá a contratada fornecê-lo com no mínimo 01 (um) ano de fabricação;

8.5 - A contratada tem o prazo de 02 (dois) dias para atender a notificação para cumprimento da garantia;

8.6 - A garantia será acionada caso se constate qualquer avaria defeito ou outra circunstância que impeça o objeto contratado de produzir a utilidade a que se destina. Obriga-se a contratada a substituir os materiais sem qualquer ônus para o contratante, salvo se tal condição, comprovadamente, decorrer de motivo a que houver dado causa o órgão Contratante, caso fortuito, força maior, ação de terceiros ou agentes químicos.



9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O Estado de Mato Grosso, através dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, obrigar-se a:

- 9.1 - Emitir ordem de fornecimento estabelecendo, quantidade, local, prazos e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 9.2 - Proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas;
- 9.3 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/funcionário especialmente designado;
- 9.4 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste termo de referência;
- 9.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.2 - Executar os serviços e fornecer os materiais e equipamentos dentro do parâmetros estabelecidos neste instrumento;
- 10.3 - Responder por todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 10.4 - Responsabilizar - se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 10.5 - Responsabilizar -se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço;
- 10.6 - Dar ciência a contratante, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;
- 10.7 - Acatar as orientações da contratante e prestar todos os esclarecimentos necessários;
- 10.8 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado, sem qualquer ônus para a contratante o objeto/ material/ equipamentos entregues e serviços em que for verificada divergência ao que foi contratado, sujeitando a penalidades cabíveis;
- 10.9 - Acondicionar, guardar os materiais e equipamentos utilizados para execução do objeto contratado em embalagens adequadas, conforme estabelecido pelo fabricante e em local adequado;
- 10.10 - Fornecer aos funcionários os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), adequado ao desempenho de cada atividade e assegurar que sejam efetivamente utilizados;
- 10.11 - Comunicar imediatamente a contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 10.12 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;
- 10.13 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SIAG, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto desta Dispensa de Licitação.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega e recebimento do(s) objeto(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

12.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DO RECEBIMENTO

13.1 - O recebimento dos materiais, dar-se por servidor designado pela contratante (Área demandante), na qual fará a verificação das conformidades estabelecidas neste termo de referência;

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, indicada pela contratada, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal/ fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.

14.2 - A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ nº 01.367.770/0001-30, endereço: Avenida Tancredo Neve, 1.095, Cavallhada – Cáceres/MT, CEP 78200-000;

14.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

14.4 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo da medição;

14.5 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

14.6 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

14.7 - Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

14.8 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

14.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

14.10 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

14.11 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SIAG.



14.11.1 - Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.12 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

14.13 - Nenhum pagamento isentará o CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

15. DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada de forma detalhada, com preço unitário e total em moeda nacional, já incluso os tributos, fretes e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto dessa contratação;

15.2 - Razão Social, CNPJ, inscrição estadual, data, endereço completo, número de telefone e endereço eletrônico;

15.3 - Detalhamento das especificações dos serviços a serem executados;

15.4 - Prazo de entrega do material;

15.5 - Validade da proposta apresentada;

15.6 - Número da conta corrente, agência e banco do prestador de serviço.

16. A ESTIMATIVA DE PREÇOS

16.1 - O custo estimado global da aquisição é de **R\$ 8.132,05 (Oito mil, cento e trinta e dois reais e cinco centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada previamente.

17. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 - As despesas para atender a esta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: **26201**

Fonte de Recurso: **15000000**

Programa: **36**

Projeto Atividade: **2007**

Natureza de Despesa: **3390**

Elemento de Despesa: **30**

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

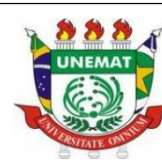
18.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 1.525/2022, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

18.2 - A aquisição será realizada por meio de dispensa de licitação, através do processo SIAG UNEMAT-PRO-2025/17365.

Colíder - MT, 26 de setembro de 2025.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO VALE DO TELES PIRES - COLIDER



Elaborado por:

Vagno Correia

Departamento de Compras
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

De acordo:

Adrielle Pâmela Silva

Diretoria de Unidade Regionalizada Administrativa
Coordenadora de Planejamento
UNEMAT - Campus Universitário do Vale do Teles Pires - Colíder
Portaria nº 2167/2024



TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO.

1 – DA ANÁLISE E APROVAÇÃO:

1.1 – Analisamos e aprovamos o Termo de Referência nº **026/2025 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO VALE DO TELES PIRES - COLÍDER - MT/ UNEMAT**, PLANILHA e PROCESSO INICIAL, sendo constatada a regularidade legal da proposta.

2 – DA AUTORIZAÇÃO:

2.1 – Estando analisado e aprovado o Termo de Referência nº **026/2025 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO VALE DO TELES PIRES - COLÍDER - MT/ UNEMAT** inerente e face aos processos e documentos vinculantes AUTORIZO os procedimentos legais para realização do certame na modalidade de dispensa de licitação, cujos atos procedimentais e contratação devem obediência às condições e termos previstos no presente Termo de Referência supracitado, processo administrativo inerente e legislação vigente.

Colíder - MT 26 de setembro de 2025.

Ivan Luiz Pedroso Pires
Ordenador de despesas
Portaria nº 1949/2025 – UNEMAT